

## **ABORDAGEM SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DE HISTÓRIA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB**

Izabel Carolina da Silva Pereira<sup>1</sup>  
Stella Marcia de Moraes Santiago<sup>2</sup>  
Simone Joaquim Cavalcante<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este artigo busca discutir como os povos indígenas são abordados nos livros didáticos, em específico, no livro do 7º ano do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Cajazeiras/PB. Escolheu-se o 7º ano por considerar esta série relevante no recorte de anos do ensino fundamental, tendo em vista a fase da adolescência em que estes alunos se encontram aptos a fazerem discussões mais complexas, com possibilidade de problematizar a realidade e de poderem construir por si mesmos/as, argumentações críticas a questão. Neste sentido, compreendemos que a forma como o livro didático aborda a história e as culturas dos povos indígenas é igualmente importante, haja visto que ali se representam povos, suas culturas, modos de ser e agir. Nos perguntamos: no livro didático há um modo de ensinar a história e as culturas dos povos indígenas condizente com sua contribuição sócio-histórica e cultural ao país? Assim, nos debruçamos sobre a pesquisa bibliográfica com viés de análise do conteúdo, considerando que traçaremos um olhar crítico e analítico sobre as imagens apresentadas neste livro acerca dos povos indígenas do Brasil, pois entendemos que a forma como esses povos são abordados nas escolas desempenha um papel crucial na formação da consciência histórica, política e social, o que inclui a promoção do respeito à diversidade cultural, por parte dos alunos. Ao analisarmos este livro didático, podemos encontrar ou não abordagens mais inclusivas e diversificadas da história indígena, reconhecendo sua importância na formação da identidade nacional e na compreensão da diversidade étnico-cultural brasileira. Os resultados desta pesquisa podem fornecer informações importantes para educadores e escolas, em busca da garantia de uma representação mais justa dos povos indígenas, que contribua para a promoção da diversidade étnica e cultural do Brasil.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas, Educação, Livro Didático.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, [cd0984956@gmail.com](mailto:cd0984956@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, [stella.marcia@professor.ufcg.edu.br](mailto:stella.marcia@professor.ufcg.edu.br)

<sup>3</sup> Professora Doutora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, [simone.joaquim@professor.ufcg.edu.br](mailto:simone.joaquim@professor.ufcg.edu.br)

## INTRODUÇÃO

A presença e contribuição dos povos indígenas na formação da identidade nacional brasileira é inegável, contudo é também historicamente subvalorizada. Como apontado por Queiroz (1989), os primeiros cientistas sociais brasileiros reconheceram a diversidade cultural do país, mas hesitaram em aceitá-la como parte essencial de uma identidade nacional. Esse olhar reducionista obscureceu a relevância dos traços culturais indígenas na sociedade brasileira, os quais permeiam desde práticas agrícolas até a língua e a organização social. No contexto educacional, Giovani Silva (2023) ressaltam a urgência de reverter essa invisibilidade, ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural indígena nos materiais didáticos, amplia-se a compreensão da identidade brasileira como resultado de múltiplas influências, esse reconhecimento vai além da inclusão histórica, oferecendo uma perspectiva mais inclusiva e enriquecedora para a formação de uma cidadania consciente e plural.

A escolha do 7º ano do Ensino do Ensino Fundamental para a realização deste estudo se justifica pelo fato de, segundo o UNICEF (2018), a idade ideal para o 7º ano é de 12 anos, nesse estágio, surge o raciocínio hipotético-dedutivo, permitindo que os indivíduos formulem hipóteses e realizem deduções lógicas para resolver problemas complexos. Essa habilidade é essencial tanto para conquistas significativas, como para a resolução eficaz de questões práticas do dia a dia, fase relativa ao desenvolvimento do pensamento formal,

[...] isto é, capaz de deduzir as conclusões de puras hipóteses e não somente através de uma observação real. Suas conclusões são validas, mesmo independentemente da realidade de fato, sendo por isto que esta forma de pensamento envolve uma dificuldade e um trabalho mental muito maiores que o pensamento concreto (PIAGET, 1999, p. 59, *apud*. SCHIRMANN *et al*, 2019, p.5).

Além disso, é um período em que a construção da identidade pessoal e social está em pleno processo, o que torna relevante e oportuno, por exemplo, o debate sobre questões de alteridade, reconhecimento e respeito às diferenças culturais. Abordar a diversidade e a história de maneira crítica e reflexiva no 7º ano contribui para a formação de indivíduos mais conscientes de seu papel na sociedade, favorecendo a construção de uma cidadania plena e comprometida com a convivência democrática e multicultural.

Este artigo tem como objetivo, analisar como os povos indígenas são retratados nos livros didáticos, com foco no material utilizado no 7º ano do ensino fundamental de

uma escola pública de Cajazeiras/PB, tendo como intuito investigar quais abordagens estão sendo apresentadas nos livros didáticos para o ensino da história e das culturas indígenas no Brasil, levando em consideração que a maneira como esses conteúdos são apresentados pode impactar a formação da consciência sócio, histórica e cultural dos indivíduos, além do que podem também inferir sobre a compreensão da diversidade cultural do país, bem como, sobre o respeito aos povos originários. Dessa forma, o artigo busca verificar se há uma representação mais inclusiva e diversificada dos povos indígenas, e como isso contribui para uma compreensão mais ampla da identidade e da diversidade étnico-cultural do país.

### **IMPORTÂNCIA DOS LIVROS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO**

Os livros didáticos desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento histórico e cultural dos/as estudantes, uma vez que são utilizados de forma ampla como principal e em alguns casos como única ferramenta pedagógica nas escolas brasileiras. Conforme Silva e Marim (2019), o livro didático é um recurso primordial para o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo suporte tanto para a organização do currículo escolar quanto para o planejamento de aulas. Ainda, esses materiais atuam como uma fonte de consulta fundamental para professores e alunos, constituindo um instrumento de referência que orienta o aprendizado de diversos conteúdos. Outrossim, no contexto da história e das culturas indígenas, o papel dos livros didáticos ganha ainda mais relevância, pois a maneira como as narrativas sobre esses povos são apresentadas pode moldar a percepção dos estudantes sobre a diversidade étnico-cultural brasileira.

Nesse sentido, acreditamos que os livros didáticos não apenas transmitam informações, mas também são responsáveis por influenciar a forma como os estudantes compreendem a história e em específico as relações culturais no Brasil. A representação dos povos indígenas, por exemplo, pode tanto reforçar estereótipos preexistentes, quanto promover uma visão mais inclusiva e crítica acerca destes, dependendo de como o conteúdo é abordado. Neto (2023) destaca a importância de analisar os conteúdos desses livros com rigor e sob novas perspectivas, com o objetivo de aprimorar sua didatização e tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente, equitativo e com uma abordagem que faça jus a contribuição indígena a identidade brasileira, longe de uma representação superficial e/ou estereotipada.

Entendemos ser necessário um olhar atento e crítico sobre o material didático, para que os conceitos apresentados nos livros possam ser revistos e aprimorados, garantindo uma abordagem que vá além da simples transmissão de fatos. Como Neto (2023) sugere, a revisão e a adequação dos conteúdos nos livros didáticos são passos importantes para tornar o ensino mais eficiente, enquanto promover uma aprendizagem que faça sentido para os alunos e contribua para sua formação crítica.

Isso implica não apenas em fornecer informações corretas, mas também em utilizar metodologias e abordagens pedagógicas que considerem as diversas perspectivas históricas e culturais, especialmente no caso das diversidades étnicas. Dessa forma, os livros didáticos têm o potencial de desempenhar um papel transformador no ensino, desde que utilizados de forma adequada e sob uma perspectiva crítica que leve em conta a diversidade cultural e histórica do Brasil. A didatização aprimorada dos conteúdos sobre os povos indígenas, por exemplo, pode não apenas corrigir representações distorcidas, como também contribuir para a formação de uma consciência mais ampla e inclusiva nos/nas estudantes.

Isso reforça a importância de uma análise constante e criteriosa dos materiais didáticos, como apontam Silva e Marim (2019) e Neto (2023), para garantir que a educação respeite as diferenças, o educador precisa desempenhar o seu papel na promoção do respeito à diversidade e na construção de uma identidade nacional plural.

## **REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Ao tratar do papel dos livros didáticos na construção do conhecimento histórico e cultural, é importante reconhecer que muitos aspectos da história dos povos indígenas foram, durante muito tempo, negligenciados ou distorcidos nos materiais educacionais, a chegada dos portugueses e a invasão do território dos povos originários em 1500 e o processo de colonização resultaram no apagamento de grande parte das culturas e histórias indígenas, essa narrativa de exclusão e resistência também está presente em outras formas de expressão cultural, como na música “Curumim chama cunhatã que vou cantar” do compositor Jorge Ben Jor (1981) e interpretada posteriormente pela cantora Baby do Brasil onde fala que,

Antes que os homens aqui pisassem;  
Nas ricas e férteis terras  
brazilis;  
Que eram povoadas e amadas por milhões de índios;  
Reais donos felizes;  
Da terra do pau-brasil;  
Pois todo dia, toda hora, era dia de índio [...];  
Mas agora eles só têm um dia;  
O dia dezanove de abril [...]

A música de Jorge Ben Jor serve como um poderoso recurso complementar para refletir sobre como essas questões são abordadas no ensino escolar e como o material didático pode reforçar ou questionar essas narrativas. A lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (Brasil, 2008), que alterou a lei 10.639/2003 incluindo a obrigatoriedade do ensino sobre a história e a cultura dos povos indígenas nas escolas de educação básica, tanto públicas quanto privadas, marca expressivamente a necessidade de uma abordagem valorosa e que contemple a contribuição dos povos indígenas, posto que a lei objetiva garantir a diversidade e a contribuição desses povos na formação da sociedade brasileira, através do reconhecimento e valorização a partir do ambiente escolar.

Com a promulgação da lei 11.645/08, surgiram novas expectativas, no que tange a temática, inclusive, quanto à utilização do livro didático abordariam a história indígena. No entanto, mesmo após a implementação da norma, muitos materiais ainda continuaram a tratar a história dos povos indígenas de forma superficial, frequentemente perpetuando estereótipos ou ignorando a complexidade de suas culturas, como citado por Perreira; Gonçalves (2011, p. 5) onde após a análise de um livro didático em suas conclusões os autores falam que “ainda se percebe algumas limitações que devem ser superadas para proporcionar à formação básica uma visão menos eurocêntrica de história e para um maior diálogo com as sociedades indígenas contemporâneas”.

Desse modo, entende-se que, embora a lei represente um avanço significativo, os desafios para a sua efetiva aplicação ainda persistem e torna-se necessário avaliar como hoje os conteúdos didáticos têm sido adaptados para cumprir o que a legislação propõe.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo está centrada em uma abordagem de cunho bibliográfico com viés de análise de conteúdo, a fim de examinar como os povos indígenas são retratados no livro didático de História do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Cajazeiras/PB. A escolha pela pesquisa bibliográfica se justifica pela necessidade de embasar o estudo em referenciais teóricos sólidos e de legislação específica que trata da obrigatoriedade de abordar a história e cultura indígena nas escolas, como é o caso da lei 11.645/08.

Dessa forma, o estudo parte da análise crítica de como o livro didático tem sido atualizado, ou não, para atender essa legislação, buscando promover uma educação mais inclusiva e plural. Para realizar essa análise, o estudo inclui dois eixos principais: a

análise das imagens e dos textos presentes no livro didático. O primeiro eixo, análise das imagens, visa investigar como os povos indígenas são visualmente representados, neste aspecto, o objetivo é verificar se as imagens reforçam estereótipos tradicionais, muitas vezes distorcidos, ou se buscam trazer uma visão mais autêntica e diversa das culturas indígenas. A presença ou ausência de diversidade nas representações visuais é fundamental, pois as imagens possuem um impacto profundo na construção do imaginário dos alunos, influenciando diretamente suas percepções sobre os povos indígenas.

O segundo eixo, da análise dos textos, examina o conteúdo apresentado no material didático. Através dessa análise, busca-se compreender se os textos mantêm uma visão eurocêntrica da história do Brasil, que muitas vezes marginaliza as contribuições dos povos indígenas, ou se há uma tentativa de valorizar suas culturas e reconhecer sua relevância na formação da sociedade brasileira. O estudo verifica se as narrativas históricas postas como texto promovem uma visão mais justa e inclusiva dos povos indígenas, considerando suas complexidades, ou se perpetuam estereótipos e abordagens superficiais.

A partir dessas análises, os achados são comparados com o referencial teórico disponível, o que possibilita uma reflexão mais profunda sobre como o livro didático pode ou não estar alinhados com as diretrizes propostas pela legislação e com as expectativas de uma educação mais inclusiva, a literatura acadêmica revisada oferece uma base para avaliar se o material didático em questão cumpre seu papel de educar para a diversidade, promovendo respeito às diferentes culturas e etnias que compõem a sociedade brasileira

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O livro *Jovem Sapiens* do 7º ano, utilizado nas escolas públicas do município de Cajazeiras/PB, apresenta uma evolução significativa na forma como os povos indígenas são retratados, alinhando-se com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em específico aos temas transversais.

O livro se preocupa em retratar os povos indígenas como grupos diversos, evitando a generalização que historicamente os caracterizava de forma homogênea. No decorrer do livro são mencionadas várias etnias com diferentes modos de vida, idiomas, costumes e organizações sociais. Essa representação é crucial para desconstruir

estereótipos que ainda permeiam a percepção de muitos estudantes sobre os indígenas, apresentando-os não apenas como "os primeiros habitantes do Brasil", mas como comunidades ativas e com papéis sociais específicos.

O livro inclui exemplos de comunidades do norte, nordeste e sul do Brasil, como os Yanomami, Guarani, e Tupinambá, destacando as particularidades de suas formas de viver, seus territórios, formação das aldeias (por exemplo, a organização da aldeia Tupiniquim ilustrada na imagem 1) e suas relações com a natureza. Este enfoque reflete um esforço para ampliar o entendimento de que os povos indígenas são parte vital da formação cultural do Brasil, além de ressaltarem a importância do reconhecimento de sua diversidade étnica.

Ao incluir imagens e mapas que localizam essas diferentes etnias, o livro possibilita que os estudantes visualizem a presença indígena em várias regiões do país, ressaltando o impacto da geografia na organização social e nos modos de subsistência desses grupos.

Imagem 1 - Organização da Aldeia Tupiniquim

**1.** A aldeia dos **Tupiniquim** é formada por cinco ou seis grandes casas, construídas em torno de um pátio central, onde eles costumam realizar reuniões e cerimônias. Em cada uma das casas, moram cerca de 50 pessoas que constituem uma família. Cada família tem seu próprio espaço, onde é feito o fogo para cozinhar e onde são armadas as redes para dormir.

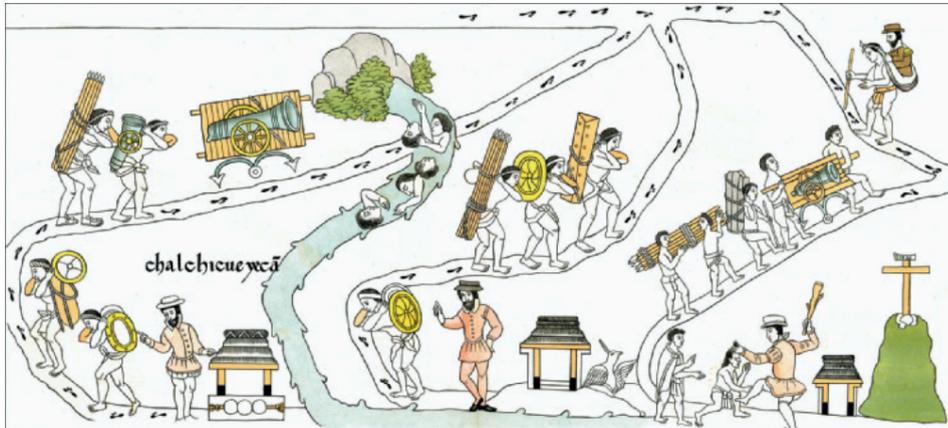


Fonte: DIAS (2022, p.46)

A abordagem histórica traz uma narrativa que vai além da tradicional história contada a partir do ponto de vista europeu. O livro didático não apenas menciona o "encontro" entre os europeus e os indígenas, mas também examina criticamente os efeitos da colonização nas populações nativas. Questões como a escravização, doenças trazidas pelos colonizadores e a expropriação de terras indígenas são abordadas de maneira mais crítica, mostrando como essas ações resultaram em um impacto devastador para os povos nativos (imagem 2), porém, o livro narra a chegada dos portugueses de forma superficial, e não aborda a violência com que os mesmos tomaram

posse de terras onde os povos nativos viviam e ainda vivem, como princípio de resistência.

Imagem 2 - Os impactos da colonização



Fonte: DIAS, 2022, p.166

Aqui, na imagem 2, é possível perceber o retratamento da exploração indígena e das violências e atrocidades sofridas por esta população, ainda que de forma reduzida. É possível vermos na imagem um homem branco europeu sendo carregado nas costas por um indígena, assim como o processo de catequização dos indígenas, o duro trabalho que realizavam e a violência física que sofriam, sem falar nos corpos lançados ao rio.

Essa nova perspectiva representa em partes uma pequena ruptura com abordagens anteriores que frequentemente apresentavam os indígenas de forma alienada e, outras vezes, como deitados em redes, como uma alusão a um possível não trabalho ou representação de ausência de vigor para o trabalho e passividade. O material explora a resistência indígena, destacando exemplos de revoltas e estratégias de adaptação cultural que permitiram a sobrevivência de muitos grupos, como a tomada e incorporação dos cavalos europeus aos grupos indígenas (imagem 3).

Imagem 3 - Ataque da cavalaria Guaikurú



Fonte: DIAS, 2022, p.197.

A imagem 3 remete a uma das revoltas feitas pelos povos indígenas como forma de resistência à invasão portuguesa, o livro cita ainda que “[...] Descontentes, queimaram engenhos, acabaram com roças e povoados, obrigando os portugueses a recuar e fugir.” (MESGRAVIS; PINSKY 2000. p. 83, *apud* DIAS, 2022, p.197). Isso contribui para que os estudantes compreendam os povos indígenas como agentes históricos com uma capacidade de resistência ativa, em vez de meros sujeitos de dominação colonial, embora tenham sido subjugados, aviltados e expropriados.

A inclusão de fontes históricas e documentos que retratam o ponto de vista indígena sobre eventos cruciais na história do Brasil também auxilia a desenvolver uma compreensão mais crítica e empática da história. Essas fontes muitas vezes são apresentadas em paralelo com narrativas europeias, permitindo comparações e debates que ampliam a visão dos alunos sobre os mesmos fatos históricos. Ainda o livro permite com que os alunos questionem o uso errôneo do termo “Índio” e traz questionamentos sobre o eurocentrismo, a exemplo da atividade da página 90,

1. De acordo com Márcia Mura, por que o termo “índio” não é adequado para se referir aos povos indígenas que vivem no Brasil?
2. Márcia Mura afirma que o termo “índio” é eurocêntrico. Com base nos conteúdos já estudados neste livro, explique o que é eurocentrismo (Dias, 2022, p. 90)

O livro didático não se limita a transmitir conteúdos históricos, sua função didático-pedagógica é incentivar ativamente o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã dos estudantes. As atividades sugerem reflexões sobre o papel dos povos indígenas na construção da sociedade brasileira e a importância de suas lutas

contemporâneas, ao propor perguntas abertas e atividades de pesquisa sobre as demandas indígenas por reconhecimento de terras, direitos culturais e a preservação de seus territórios, o material visa formar cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação à diversidade, vale salientar que, o livro propõe leituras para além da sala de aula como a do livro “Terra à vista: descobrimento ou invasão” publicado em 2012 pelo autor Benedito Preziosi, no qual narra o contato dos portugueses com o povo Tupiniquim, baseado na carta de Caminha e abordando aspectos contemporâneos dos povos indígenas, bem como a resistência dos mesmos durante a invasão portuguesa.

Também promove a utilização de metodologias ativas, como debates e discussões em grupo, ajudando-os a desenvolver habilidades como argumentação, empatia e cooperação, estas atividades muitas vezes envolvem o uso de materiais complementares, como vídeos e entrevistas com indígenas atuais, o que possibilita contextualizar suas realidades atuais e desfazer visões romantizadas ou simplificadas do “índio” como uma figura do passado.

Este enfoque contribui diretamente para a construção de uma consciência histórica que reconhece a importância dos povos indígenas não apenas no contexto histórico, mas também como atores relevantes no presente e futuro do Brasil. A conscientização sobre o impacto contínuo de questões como a disputa por terras indígenas e os desafios socioeconômicos enfrentados pelos povos indígenas na atualidade reforça a importância de uma educação que promova a equidade e os direitos humanos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas considerações finais do estudo, pode-se destacar que o livro didático de História utilizado no 7º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas de Cajazeiras/PB se apresenta como um importante instrumento pedagógico na construção de uma visão mais inclusiva e plural sobre os povos indígenas no Brasil. Ao longo da análise, observou-se que o material buscou, de maneira significativa, retratar as culturas indígenas com mais profundidade, indo além de abordagens superficiais ou estereotipadas que historicamente prevaleceram na educação brasileira.

O livro estudado se destaca positivamente ao apresentar os povos indígenas de forma diversificada, respeitando a pluralidade de suas etnias, culturas, modos de vida e territórios, esse esforço em desconstruir a visão homogênea dos indígenas, antes vistos

apenas como "habitantes primitivos" do Brasil, é um avanço importante. Ao mencionar diferentes etnias, como os Yanomami, Guarani e Tupinambá, o livro convida os estudantes a refletirem sobre a vasta diversidade que caracteriza esses povos, o que contribui para a formação de uma consciência histórica mais ampla e crítica.

A representação das imagens presentes no livro parece ter sido disposta com muito cuidado, pois não apenas reforça a presença indígena em várias regiões do Brasil, como também ilustra aspectos culturais e geográficos das diferentes comunidades. Imagens de aldeias, mapas e fotografias auxiliam na construção do imaginário mais próximo da realidade dos povos indígenas da época, algo essencial para que os alunos compreendam que essas culturas continuam vivas e dinâmicas.

Da mesma forma, a visualização clara dos povos indígenas contemporâneos, bem como suas formas de organização social, ajuda a evitar a romantização ou a invisibilidade desses grupos. Além disso, o livro adota uma abordagem histórica que vai além da simples cronologia dos fatos, incluindo narrativas que destacam o papel ativo dos indígenas na resistência ao processo de colonização. Essa narrativa crítica e reflexiva, ao invés de apresentar os indígenas como vítimas passivas da colonização europeia, os mostra como agentes ativos, como partícipes, da história do Brasil. Percebe-se a construção de um contexto histórico que apresenta, por um lado, o impacto devastador da colonização; por outro, as formas de resistência indígena, rompendo com a ideia de eterna subalternidade histórica e aniquilamento total.

Outro ponto que merece destaque é a inclusão de atividades pedagógicas que incentivam a reflexão crítica por parte dos alunos. O livro não se limita à transmissão de conteúdos, mas promove debates e atividades que questionam o eurocentrismo e os estereótipos ainda vigentes sobre os povos indígenas. As atividades sugeridas, como discussões em grupo e questionamentos abertos, favorecem o desenvolvimento de habilidades como argumentação e empatia, fundamentais para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos com a diversidade cultural.

Por fim, o livro didático se alinha às diretrizes da lei 11.645/08, que obriga o ensino da história e cultura indígena nas escolas de educação básica. Ao cumprir essa legislação, o material didático contribui de maneira efetiva para a valorização das contribuições dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, promovendo uma educação que reconhece e respeita a diversidade étnica e cultural do país.

Conclui-se, portanto, que o livro didático de História analisado cumpre um papel fundamental na construção de uma educação mais inclusiva e crítica. Ao abordar a

história e as culturas indígenas de maneira diversificada e reflexiva, o material não apenas corrige distorções históricas, mas também contribui para a formação de uma consciência cidadã mais engajada e plural, assim, o livro se destaca como uma ferramenta pedagógica eficaz, que incentiva o respeito à diversidade e a construção de uma identidade nacional mais ampla e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BEN JOR, Jorge. **Curumim chama cunhatã que eu vou contar**. - Baby do Brasil (interprete). 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITjmMCFfXi0>;

BRASIL. **Lei. 1645/08 DE 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília.

DIAS, Adriana Machado. **Jovem Sapiens História** [livro eletrônico]: 7º ano / Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco César Pellegrini. -- 1. ed. -- São Paulo : Scipione, 2022. HTML (Jovem Sapiens)

SILVA, Giovani José da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica** / Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa. – 1.ed.; 1.reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023. – (Coleções Práticas Docentes);

SILVA, Maxwell; MARIM, Vlademir. **GUIA PRÁTICO - SUGESTÕES PARA ANÁLISES DOS LIVROS DIDÁTICOS**. Universidade Federal de Uberlândia. 2019;

SCHIRMANN, Jeisy Keli *et al.*. **Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget**. Anais VI Conedu... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60497>>. Acesso em: 21/10/2024

NETO, João Tavares Noronha. **OS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: Estereótipos e Representações das imagens nos Materiais Didáticos “Historiar” e “Estudar História: Das origens do homem à era digital” do 7º ano**. TCC (Licenciatura em História), Faculdade de História campus universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará. Ananindeua, p.30. 2023

PEREIRA, Jonathan; GONÇALVES, Regina. **OS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS: OS CAMINHOS DE UMA RENOVAÇÃO PRA DIVERSIDADE CULTURAL**. II SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA: SOCIEDADE E CULTURA DE 07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2011 ISSN: 2176-4514

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **IDENTIDADE CULTURAL, IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1(1), 1 sem. 1989, p.29-46